



Economia - Brasil

CORREIO BRAZILEIRO

Carlos Newton

O Brasil e o fantasma do comunismo



Henry Kissinger

Quando os Estados Unidos conseguiram se livrar da Grande Depressão na década de 30, uma das medidas adotadas foi a multinacionalização da economia norte-americana. Com isso, julgava-se que nunca mais o país pudesse ser atingido por nova crise daquelas proporções. Naquela época, o raciocínio das autoridades e dos industriais era bastante lógico. Espalhando seus interesses pelo resto do mundo, os Estados Unidos poderiam suportar com maior facilidade as conjunturas adversas que pudessem surgir no plano interno e mesmo no externo. Mas essa estratégia acabou se revelando um engano colossal. Multinacionalizando sua economia, os Estados Unidos (cujo exemplo foi seguido por outros países industrializados) acabaram multiplicando também os prejuízos, como ficou comprovado na atual recessão mundial.

Exatamente 50 anos depois, o fenômeno se repetiu. Em sua nova versão, as filas de desempregados no mais poderoso país são patéticas. A Grande Depressão está de volta, enquanto o Presidente Ronald Reagan reduz os benefícios da previdência social, para elevar os gastos militares. Uma política paradoxal, que jamais levará a um final feliz estilo Hollywood. São 12 milhões de desempregados hoje nos Estados Unidos. Um deles, Alvin Adams, deu um tiro no empregado da previdência que lhe informou não ter mais direito ao seguro-desemprego. Em Los Angeles, outro desempregado matou, pelo mesmo motivo, o funcionário da agência de seguro-desemprego. Pelo jeito, vai morrer muito mais gente, pois os desempregados só podem receber durante alguns meses esse tipo de auxílio governamental. E se multiplicam as filas diante dos prédios do Exército da Salvação, que fornece alimentação gratuita, do tipo sopa Alzirio Zarur.

No papel de presidente da nação mais importante do mundo, Ronald Reagan não consegue sequer decorar o texto. Mistura Brasil e Bolívia, confunde Bolívia e Colômbia. O pior é que o atual presidente norte-americano nada entende de economia. Acredita que, combatendo a inflação, resolverá magicamente os demais problemas. E não tem dúvidas em utilizar as teorias desumanas do economista Milton Friedman. Com isso, o que consegue é atirar seu país e o resto do mundo numa recessão estilo 1929.

No caso do Brasil, dependente do petróleo alheio, a coisa se complicou de forma dramática. E a ida ao Fundo Monetário Internacional, como todos sabem, vai nos custar muito caro. O FMI, não tenham dúvidas, é o maior agente multinacional do planeta. Justamente por isso, nosso país terá de facilitar ainda mais a remessa de lucros, juros e pagamentos de "royalties" ao exterior. Esse item constava da versão em português do memorando da Carta de Intenções, mas acabou sendo suprimido na versão em inglês, segundo foi anunciado. Se tal supressão realmente aconteceu, isso não vem ao caso. O que interessa é que, na versão original, essa disposição do Governo brasileiro ficou absolutamente clara.

No final de janeiro, o Ministro Ernane Galvães fez importante proposta no Simpósio Internacional realizado na cidade de Davos, Suíça. Ele pediu aos países ricos a eliminação do imposto de renda cobrado sobre dividendos e juros obtidos em investimentos feitos nas nações subdesenvolvidas. Galvães sugeriu também a eliminação do imposto que vem sendo pago pelos bancos que fazem empréstimos a esses países.

Maldita dívida externa, que nos leva a tais propostas, no afã de conseguir as divisas necessárias ao equilíbrio do balanço de pagamentos. Nos últimos dez anos, desde a crise do petróleo em 73, já pagamos aos bancos e organismos internacio-

adverte que a inadimplência generalizada dos países em desenvolvimento pode conduzi-los ao comunismo (ele prefere a expressão "radicalismo"). Lembra, a seguir, que no período do pós-guerra o Plano Marshall salvou as democracias europeias oferecendo a visão de um mundo melhor: o sonho americano.

"O sacrifício foi sustentado pela esperança" — acentua o ex-Secretário de Estado, acrescentando: "Os Estados Unidos enfrentam hoje um desafio comparável, tanto em relação às democracias industriais como em relação aos países moderados do mundo em desenvolvimento".

Kissinger pede uma nova ordem econômica internacional, mas não dá a receita. Na verdade, já está acontecendo, independente de qualquer decisão das grandes potências, o ressurgimento da primitiva política comercial de trocar mercadorias. O que serviu ao homem da Antiguidade, não há dúvida, serve hoje aos países subdesenvolvidos.

É justamente essa a política que o Brasil, com atraso de alguns anos, agora está iniciando. Segundo as declarações do Ministro César Cals, passaremos a só comprar petróleo de países que, em contrapartida, importarem produtos brasileiros, manufaturados ou não. Enfim, parece que nossas autoridades descobriram a pólvora. Só falta descobrirem o caminho para as Índias e para a China, os dois países mais populosos do mundo e, consequentemente, de maior número de

consumidores em potencial. Resta saber se essa exigência de reciprocidade nas compras de petróleo é mesmo para valer. Esperemos que sim. Afinal, não é dessa forma que os bancos sempre tratam os clientes, exigindo reciprocidade em termos de saldo médio?

Kissinger não precisa se preocupar tanto. O fantasma do comunismo é um tigre de papel. O mundo marcha em direção ao socialismo democrático, que pode ser chamado também de neocapitalismo, com preservação da propriedade privada e do lucro como forma de mover a economia. O que vai terminar, não tenham dúvidas, é a exploração desenfreada do homem pelo homem e dos povos pelos povos. A humanidade tem um encontro marcado com seu futuro glorioso, e nesse sentido o mundo se move, apesar de tudo e de todos.

No caso do Brasil, há uma luz no fim do túnel, e não se trata de um simples vagalume piscando o rabo. O petróleo está em irreversível baixa e o preço das "commodities" (matérias-primas) está em alta. A Petrobras é uma das empresas mais poderosas do mundo e paga em dia seus compromissos. Podemos exigir, com a maior segurança, a reciprocidade de importação de nossos produtos a quem nos vender petróleo. Como diz a Bíblia, os bons se salvarão. E o Brasil, ao contrário do que dizem, é um país cada vez mais viável. Nossas futuras gerações ainda vão rir disso tudo.

nais mais de 89 bilhões de dólares. E ainda estamos devendo outros 80 e tantos bilhões. A dívida virou um rolo compressor, num moto-contínuo infernal.

Não há qualquer esperança de nos livrarmos dos agiotas internacionais no futuro próximo. Isso só poderá ocorrer em prazo muito longo, sucessivas gerações que terão de se sacrificar. Para que isso ocorra em prazo menor, precisaremos descobrir vários campos de petróleo do porto da bacia de Campos, pois nossas reservas atuais são suficientes apenas para nos abastecer em pouco mais de quatro anos. Sonhar, felizmente, ainda não é proibido.

Na fase atual, nosso planejamento econômico limita-se a um duro combate diário para o simples fechamento de caixa, devido à dilapidação das reservas em moeda forte nos últimos dois anos. E não é a sórdida ajuda do FMI que nos livrará dessa situação. O problema tem características muito mais intrincadas.

Em recente artigo, republicado no Brasil pela "Veja", o ex-Secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger traça um quadro sombrio da atual crise econômica. Faz o diagnóstico preciso do problema, mas não consegue apontar a solução. É acaba repetindo a advertência feita em setembro do ano passado pelo Presidente Figueiredo na ONU, no sentido de que é preciso estabelecer, urgentemente, uma nova ordem econômica internacional.

"Poucas nações devedoras" — diz Kissinger — "possuem seguro-desemprego ou outras instituições que no Ocidente suavizam o impacto social de depressões econômicas. A atitude de forçar os países em desenvolvimento a reduzir drasticamente seu padrão de vida por um longo período pode enfraquecer precisamente aqueles governos moderados que são mais suscetíveis de aceitar o conselho ocidental. Se for levada longe demais, tal atitude ameaça provocar o radicalismo que unirá a opinião pública (e talvez outros devedores) no desafio aos credores estrangeiros. O objetivo do Ocidente precisa ser o contrário disso".

Em outras palavras, Henry Kissinger